

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta:	OE201907/0071
Tipo Oferta:	Mobilidade Interna
Estado:	Activa
Nível Orgânico:	Câmaras Municipais
Orgão / Serviço:	Câmara Municipal de Espinho
Regime:	Carreiras Gerais
Carreira:	Técnico Superior
Categoria:	Técnico Superior
Grau de Complexidade:	3
Remuneração:	1.201,48
Suplemento Mensal:	0.00 EUR
Caracterização do Posto de Trabalho:	Planeamento e criação de uma base de dados de projetos estratégicos, com vista à submissão de possíveis candidaturas a fundos comunitários/financiamentos diversos, em articulação com os serviços municipais; Preparação dos Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano e Orçamento – e dos Documentos de Prestação de Contas; Acompanhamento e controlo da execução financeira dos projetos de investimento e das Grandes Opções do Plano no seu todo, bem como, da despesa e receita municipal; Prestação de informação atempada às diversas unidades orgânicas; Apoio no controlo e gestão de tesouraria.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica:	CTFP por tempo indeterminado	
Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:	<ul style="list-style-type: none"> a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 	
Habilitação Literária:	Licenciatura	
Descrição da Habilitação Literária:	Gestão de Empresas	
Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Economia, Gestão	Economia e Gestão

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de Espinho	1	Largo Dr. José de Oliveira Salvador - Apartado 701		4501901 ESPINHO	Aveiro	Espinho

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Ser trabalhador/a com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida e estar integrado/a na carreira/categoria de Técnico Superior. Possuir experiência profissional comprovada nas matérias relativas ao posto de trabalho a que se candidata, nomeadamente na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; alterado pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto); Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais; lterado e republicado pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, com a redação conferida pela Declaração de Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro); Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, (aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL); na redação que lhe foi conferida pelos Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro; parcialmente revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro); Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas; alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro); Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas; na redação que lhe foi conferida pelas Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e Lei n.º 22/2015, de 17 de março); Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho (normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos; alterado pelos Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho); Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado 2019, alterado pela Retificação n.º 6/2019, de 01 de Março); Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro (Lei de Enquadramento Orçamental; alterada pela Lei n.º 2/2018, de 29 de janeiro e pela Lei n.º 37/2018, de 7 de agosto) [a partir de 1 de janeiro de 2019 por força da alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro operada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto]; Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro (regime geral das taxas das autarquias locais; alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro); Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas; alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março); Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas; alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março; na redação conferida pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro); Código dos Contratos Públicos (CCP - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação conferida pela Declaração de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro, retificada e republicada pela Declaração de Retificação n.º 42/2017, de 30 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio).

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: dgrh@cm-espinho.pt / Municipio de Espinho-DGRH, Praça Dr. José Oliveira Salvador, Apt 700 - 4501-901

Contacto: 227335800

Data Publicitação: 2019-07-02

Data Limite: 2019-07-09

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial: A formalização das candidaturas é efetuado no prazo de cinco dias úteis a contar da publicação da oferta da Bolsa de Emprego Público (adiante designada por BEP), podendo ser enviados por via eletrónica para o endereço de email (dgrh@cm-espinho.pt), até às 24h00 horas do último dia do prazo para apresentação das candidaturas ou através de requerimento dirigido ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Espinho, devidamente datado e assinado, que podem ser remetidas obrigatoriamente por correio registado com aviso de receção expedidas até ao termo do prazo fixado, com indicação da referência publicitada na BEP, onde deverão constar os seguintes elementos, sob pena de exclusão: nome, naturalidade, data de nascimento, habilitações literárias, declaração do organismo público a que pertence onde devem constar os seguintes dados: tipo de vínculo (modalidade de relação jurídica de emprego público), serviço ou organismo a que pertence, categoria detida, nível e posição remuneratórios e avaliação de desempenho dos últimos 3 ciclos avaliativos, morada, telefone de contacto e endereço de mail pessoal. O requerimento é obrigatoriamente acompanhado de currículo profissional também datado e assinado, juntamente com os comprovativos das habilitações e formação nele indicadas.

Observações

A seleção será feita com base na entrevista.
